



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

Aos 04 dias do mês de outubro de 2023, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Parte I

Audição pré-Conselho Europeu informal de 6 de outubro de 2023, com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus [ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia]

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), declarou aberta a audição, e seguidamente, usou da palavra o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes, que deu nota dos temas que iriam ser abordados na próxima do Conselho Europeu informal de 6 de outubro de 2023. Referiu que iria estar em discussão a preparação política do próximo mandato europeu considerando as eleições ao Parlamento Europeu previstas para junho de 2024, o contínuo desenvolvimento da autonomia estratégica da Europa, tal como definido na Declaração de Versalhes, mas sem correr o risco da União Europeia (UE) se fechar sobre si mesma, os desafios do alargamento da UE e a necessidade de se acelerar os trabalhos para se avançar com o alargamento e a importância para os países candidatos e para a UE de estabelecer um calendário para esse efeito, acrescentando a relevância da União proceder às reformas pertinentes para acolher os Estados candidatos. Por fim, destacou que a migração iria ser um tópico, igualmente, abordado, salientando a importância do combate ao tráfico de seres humanos e o apoio aos países de origem, trânsito e destino.

Na primeira ronda de questões intervieram os Senhores Deputados: Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Moniz (PSD), João Paulo Rebelo (PS), Romualda Fernandes (PS) e Bruno Nunes (CH) tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido de forma individualizada às questões apresentadas.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

Na segunda ronda de questões usou da palavra a Senhora Deputada Maria Emília Apolinário (PSD) tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido às questões apresentadas.

Terminada a audição, o Senhor Presidente da Comissão deu-a por encerrada, agradecendo a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <https://canal.parlamento.pt/?cid=7384&title=audicao-do-secretario-de-estado-dos-assuntos-europeus>)

Parte II

1. Informações;

O Senhor Presidente da Comissão informou que tinha decorrido no dia 3 de outubro a Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares na qual se tinha focado as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Assembleia da República, tendo adiantando que tinham ficado por definir as grelhas de tempos a ser utilizadas na discussão do Orçamento de Estado 2024. Acrescentou que S.EXA. o PAR destacou o facto de a Comissão de Assuntos Europeus ter sido a única Comissão que já tinha aprovado tanto o relatório de atividades da 1ª Sessão Legislativa bem como o Plano de Atividades para a 2ª Sessão Legislativa e respetivo orçamento da Comissão, evidenciando o trabalho desenvolvido pelos serviços da Comissão para obtenção desse resultado. Acrescentou que tinha reunido com o representante da Frente Polisário para as instituições europeias onde informou que a Comissão tinha decidido ouvir os juristas da Frente Polisário responsáveis pelo processo que corre termos no Tribunal de Justiça da UE referente ao Acordo de pesas UE-Marrocos, apenas após o término desta ação judicial. Mencionou, também, que tinha reunido com a nova Embaixadora da Irlanda em Lisboa partilhando o facto de a Irlanda ser o terceiro principal cliente das exportações

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

de Portugal. Por fim, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD, que participou na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que destacou que o tema central da Conferência foi a guerra da Ucrânia e os seus impactos, na UE, para além das questões relacionadas com a inexistência de um exército europeu e a importância da produção de armamento de guerra.

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), deu nota de que na lista correspondente ao período entre 21 e 27 de setembro, havia 6 iniciativas, tendo sido sinalizadas 2 iniciativas para escrutínio e 2 iniciativas para conhecimento, seguindo-se a apresentação das seguintes propostas de deliberação:

Referência	Data Iniciativa	Título	Relator Comis. Competente
COM(2023)516	2023-09-23	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às associações europeias transfronteiriças	Escrutínio à 1ª <u>CACDLG</u> Escrutínio à 6ª <u>CEOPPH</u>
COM(2023)420	2023-09-27	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos	Escrutínio à 11ª <u>CAENE</u> Conhecimento à 6ª <u>CEOPPH</u>
COM(2023)443	2023-09-22	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à utilização da capacidade da infraestrutura ferroviária no espaço ferroviário europeu único, que	Conhecimento à 6ª <u>CEOPPH</u>

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XVI/ 2.ª SL

		altera a Diretiva 2012/34/UE e revoga o Regulamento (UE) n.º 913/2010	
COM(2023)543	2023-09-22	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Sétimo Relatório Anual sobre o Mecanismo em favor dos Refugiados na Turquia	Conhecimento à 1ª CACDLG
COM(2023)544	2023-09-25	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que altera a Decisão de Execução 2014/170/UE, que estabelece uma lista dos países terceiros não cooperantes no âmbito da luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, no respeitante à República de Trindade e Tobago	
COM(2023)546	2023-09-26	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que prorroga a proteção temporária introduzida pela Decisão de Execução (UE) 2022/382	

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, PCP e BE.

**3. Apresentação do ponto de situação dos trabalhos do Grupo de Trabalho –
Escrutínio de Iniciativas Europeias;**

O Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Sousa, Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias (GT-EIE) que procedeu à apresentação do ponto de situação dos trabalhos do GT-EIE. Referiu que a atividade do GT-EIE estava estagnada tendo sido apresentadas algumas medidas para maximizar a atuação do Grupo de Trabalho, nomeadamente, a designação de Relatores Permanentes na Comissão de Assuntos Europeus para acompanhamento de



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

determinadas matérias, discussão do parecer e da proposta de Projeto de Resolução do Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) em sede de GT-EIE, promoção de discussão de iniciativas europeias relevantes, promoção de audição de entidades sobre iniciativas europeias, acompanhamento da transposição de Diretivas e acompanhamento das negociações das iniciativas europeias. O Senhor Coordenador informou que a pretensão do GT-EIE era colocar à apreciação da Comissão as propostas para, num momento posterior, caso fossem aprovadas pela Comissão, pudessem ser implementadas. Concluída a apresentação, o Senhor Deputado Rui Lage (PS) referiu que tinha toda a confiança nas propostas apresentadas pelo Senhor Coordenador do GT-EIE, tendo o Senhor Deputado Ricardo Sousa (PSD) agradecido os contributos e o apoio prestado. O Senhor Paulo Moniz (PSD) agradeceu, igualmente, o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho bem como pelos serviços de apoio à Comissão, referindo que era uma boa decisão avançar-se nos termos propostos. O Senhor Presidente referiu que nesta reunião apenas tinha sido feita a apresentação das propostas, sendo posteriormente agendada uma reunião da Comissão para a discussão e aprovação das medidas propostas.

4. Designação da delegação da Comissão de Assuntos Europeus à LXX Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC) – 24 a 26 de novembro, em Madrid (Delegação composta por 2 deputados do GP do PS, 2 deputados do GP do PSD e 1 deputado do GP do PCP);

O Senhor Presidente da Comissão informou que a LXX Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC) seria nos dias 26 a 28 novembro, e não nos dias 24 a 26 novembro, e que a delegação seria composta por ele próprio, por 2 Deputados do GP do PS, 2 Deputados do GP do PSD e 1 Deputado do GP do PCP. Acrescentou que o GP do PCP tinha informado não estar disponível para participar na Conferência tal como o GP do BE, Grupo Parlamentar que se seguiria, pelo que informou que caberia ao GP do CH indicar um Deputado, conforme a regra da rotatividade.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

De seguida, para integrar a delegação, o GP do PS indicou o Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) e a Senhora Deputada Nathalie Oliveira (PS), o GP do PSD informou que indicaria os nomes dos Senhores Deputados até ao final da semana e o GP do CH indicou o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH).

- 5. Designação de 2 membros da CAE que integrará a delegação da Assembleia da República à reunião interparlamentar subordinada ao tema «Preparação para as eleições europeias 2024» organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu – 25 de outubro, formato híbrido – cabe 1 membro ao GP do PS e 1 membro ao GP do PSD;**

O GP do PS indicou a Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) e o GP do PSD informou que indicaria o nome do Senhor Deputado até ao final da semana.

- 6. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:**

[COM\(2023\)512](#) – Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 14/11/2023

O GP do PS indicou como Autor de Parecer o Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches (PS).

- 7. Apreciação e votação da proposta de relatório relativo à audição dos candidatos propostos pelo Governo ao cargo de Juiz do Tribunal de Contas Europeu.**



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão informou que tinha sido distribuído uma proposta de relatório relativo à audição dos candidatos propostos pelo Governo ao cargo de Juiz do Tribunal de Contas Europeu, colocando o mesmo à discussão. O Senhor Deputado Miguel Iglésias (PS) agradeceu a elaboração da proposta de relatório, tendo apresentando a seguinte proposta de aditamento: «O Grupo Parlamentar do PS afirmou que não havia nenhuma incompatibilidade, alertando para o facto que se estaria a misturar aquelas que são as competências do Tribunal de Contas Europeu, com aquelas que são próprias dos Estados Membros». Não tendo mais nenhum Senhor Deputado solicitado a palavra, o Senhor Presidente submeteu o relatório, com a proposta de aditamento apresentada pelo GP do PS, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do GP do PS e do CH e votos contra do GP do PSD, registando-se a ausência do GP da IL, do PCP e do BE.

8. Apreciação e votação do Regulamento da Comissão de Assuntos Europeus;

O Senhor Presidente da Comissão informou que o Regulamento da Comissão tinha sido atualizado com as alterações introduzidas pelo novo Regimento da Assembleia da República, em vigor desde o início da 2ª Sessão Legislativa da presente Legislatura. A Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) agradeceu e congratulou a equipa de apoio à Comissão pelo trabalho desenvolvido na atualização do Regulamento.

Submetido a votação, foi o Regulamento da Comissão de Assuntos Europeus aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL, PCP e BE.

9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do CH Requerimento para audição urgente do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus sobre o procedimento de infração intentando pela Comissão Europeia contra Portugal, com fundamento nas disposições do Acordo de Mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XVI/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) para apresentar o seu requerimento que, no uso da mesma, referiu que, apesar da temática já ter sido abordada na audição anterior com o Senhor Secretário de Estados dos Assuntos Europeus, o seu GP considerava pertinente manter o requerimento por existirem questões técnicas que careciam de uma melhor explicação. O Senhor Deputado Rui Lage (PS) referiu que o seu GP iria votar favoravelmente por considerar existir proveito na discussão do tema, tendo acrescentando que, por vezes, o uso do medo do estrangeiro era utilizado para efeitos políticos e que não deixava de ser estranho a apresentação deste requerimento vir de um partido de extrema-direita. O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) pediu a palavra para referir que a Constituição da República Portuguesa proibía partidos de extrema-direita, acrescentando que já não fazia sentido esse tipo de retórica bem como aditou que o requerimento não era aproveitamento político, mas sim uma reação à ação intentada pela Comissão Europeia contra o Estado português. Neste seguimento, o Senhor Deputado Rui Lage (PS) referiu que na sua opinião o Partido do Chega era de extrema-direita, tendo o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) considerado que, face aos insultos que estavam a ser dirigidos ao GP do CH, a mesa deveria ter intervindo.

Encerrado o debate, foi o requerimento submetido a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do GP do PS e CH, abstenção do GP do PSD, registando-se a ausência do GP da IL, PCP e do BE.

10. Conferência sobre o Futuro da Europa – Avaliação da execução das propostas 41 a 45 sobre o tema «Migração»;

O Senhor Presidente da Comissão iniciou o debate recordando o processo que estava a ser adotado, nomeadamente, que após o debate de todas as propostas, seria elaborado um relatório final, tendo sugerido que se pudesse depois agendar um debate em sessão plenária para se discutir estes temas. Sugeriu também que, cada Grupo Parlamentar, no respaldo desta avaliação, poderia apresentar projetos de resolução com tomadas de posição.

De seguida, prosseguiu com a apresentação do pacote de medidas sobre o tema «Migração», tendo informado que contava-se com um total de 16 medidas propostas.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

Referiu que as propostas não eram muito inovadoras, salientando que se dividiam em 5 medidas referentes à migração legal, 4 medidas referentes à migração irregular e 7 medidas sobre asilo e integração.

Relativamente às principais medidas da migração legal, destacou a medida 41.1 («Lançar uma campanha de comunicação a nível transnacional para que a EURES (Serviços Europeus de Emprego), o Portal Europeu da Imigração e a ferramenta de nacionais de países terceiros sejam mais conhecidos pelos cidadãos europeus e mais frequentemente acedidos e utilizados pelas empresas da UE aquando do recrutamento»), 41.2 («Criar uma entidade europeia para o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho da UE ou, em alternativa, alargar os poderes da Rede Europeia de Cooperação dos Serviços de Emprego (EURES), por exemplo, melhorando os projetos da Parceria de Talentos»), 41.3 («Melhorar o funcionamento e a aplicação da Diretiva «Cartão Azul» para atrair as da UE precisa, tendo em conta o risco de fuga de cérebros») e a 41.4 («Promover uma convergência ascendente das condições de trabalho de forma harmoniosa desigualdades nas condições de trabalho matéria de migração laboral e os direitos dos trabalhadores»). Sobre estas medidas, referiu que estavam já todas executadas ou em processo de execução.

Quanto à migração irregular, salientou a medida 42.1 («Participar ativamente, por exemplo através de acordos de parceria, no desenvolvimento económico e social de países não pertencentes à União Europeia e a partir migrantes com vista a combater a migração nas suas causas profundas, incluindo as alterações climáticas») e a medida 42.2 («Assegurar a proteção de todas as fronteiras externas, melhorando a transparência e a responsabilização da Frontex e reforçando o seu papel e adaptando a legislação da UE de forma a dar resposta aos atuais desafios da migração irregular, como a introdução clandestina de migrantes, tráfico de seres humanos, a exploração sexual, os ataques híbridos por países que instrumentalizam os migrantes e a violação dos direitos humanos»). Quanto a estas propostas, evidenciou que as mesmas estavam parcialmente executadas.

Relativamente às medidas sobre asilo e integração, o Senhor Presidente da Comissão destacou a medida 44.1 («Adotar normas comuns da UE relativas aos procedimentos de análise de pedidos de proteção internacional nos Estados-Membros, aplicadas uniformemente a todos os requerentes de asilo») tendo mencionado que a mesma

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XVI/ 2.ª SL

estava em processo de execução bem como a medida 44.2 («Rever o sistema de Dublin, a fim de garantir a solidariedade e a partilha equitativa de responsabilidades, incluindo a redistribuição dos migrantes entre os Estados-Membros, poderão também ser previstas formas adicionais de apoio») cuja execução estava já a decorrer pelo facto de a Presidência espanhola do Conselho da União Europeia ter definido como prioridade este tema. Destacou, também, a medida 45.1 («A UE deve assegurar, juntamente com a participação das autoridades locais e regionais e com o contributo das organizações da sociedade civil, que todos os requerentes de asilo e refugiados, durante o processo de residência, participem em cursos de línguas, integração, formação profissional e em atividades») mencionando que já estava a acontecer, considerando a realidade atual.

Concluiu que, tal como inicialmente referido, as propostas não eram inovadoras tendo os cidadãos reivindicado aquilo que a União Europeia já estava a fazer, encontrando-se estas medidas parcialmente executadas ou em execução. Acrescentou, ainda, que a questão da migração era complexa e havia dificuldades na implementação das soluções, adiantando que era necessário atuar nos países de origem e trânsito, havendo matérias onde pouco mais a UE podia atuar.

Na fase de debate, interveio a Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS) que corroborou o facto de as medidas propostas não serem inovadoras, sendo que já em 1999 se falava na necessidade de trabalhar com os países de origem e de trânsito. Referiu que existiam dificuldades, mas não havia alternativas, pelo que era preciso resolver a questão nos países de origem, desejando que se conseguisse alcançar, entre os Estados-Membros, um acordo mínimo sobre a migração. Concluiu alertando que uma das causas para a migração eram as alterações climáticas, que em muito eram provocadas pelos países mais desenvolvidos, designadamente, os países europeus. Interveio, também, o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que recordou que a migração era uma questão mundial, acrescentando que Portugal era um país de migrantes e que a migração era um problema humanitário, pelo que, se fosse usada a repressão, não se iria alcançar bons resultados. Relativamente aos próximos passos, concordou com o Senhor Presidente da Comissão de que devia-se debater as medidas da Conferência sobre o Futuro da Europa em plenário devendo ser vinculada uma posição sobre as medidas propostas.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

11. Outros assuntos;

O Senhor Presidente da Comissão informou sobre os trabalhos futuros da Comissão, nomeadamente, que no dia 10 de outubro decorreria a reunião da Comissão com a audição da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Margarida Marques, sobre a revisão do Quadro Financeiro Plurianual, no dia 16 e 17 de outubro decorreriam as jornadas parlamentares do PSD, dia 18 de outubro decorreria a reunião ordinária da Comissão, dia 19 de outubro, após plenário, decorreria a audição após Conselho Europeu informal com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, dia 24 de outubro decorreria a reunião ordinária da Comissão e nos dias 26 e 27 de outubro encontrava-se agendado o Conselho Europeu.

12. Apreciação e votação da ata n.º 70 de 20 de setembro de 2023.

O Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação da ata n. 70 de 20 de setembro de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, IL, PCP e do BE.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em:
https://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL2/COM/04_CAE/CAE_20231004_2.mp3

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 outubro 2023.

O PRESIDENTE



(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 72/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Pedro Nuno Santos (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
José Silvano (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Ana Bernardo (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Firmino Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Bruno Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Duarte Pacheco (PSD)